



PROCESSO : 2019 25000 000168
UNIDADE GESTORA : 450100 – Recursos Sob a Supervisão da SEFAZ
EXERCÍCIO FINANCEIRO : 2018
ASSUNTO : Prestação de Contas Anual
TIPO DE AUDITORIA : Avaliação da Gestão

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 037/2019/PCA/CGE
SGD Nº 2019 09049 000714

Consoante às disposições contidas na Instrução Normativa nº 006/2003 do Tribunal de Contas do Estado – TCE-TO, procedemos à análise da Prestação de Contas Anual dos **Recursos sob Supervisão da SEFAZ**, vinculado à **Secretaria de Estado da Fazenda e Planejamento**, nos termos do inciso XII do artigo 3º da Lei nº 2.735/2013 e do Decreto nº 5.364/2016 e suas alterações.

1. COMPOSIÇÃO DO PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Examinando o processo de Prestação de Contas Anual do período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2018 dos Recursos sob Supervisão da SEFAZ, verificou-se que o mesmo está constituído com as peças previstas no art. 9º da Instrução Normativa TCE-TO nº 006/2003, tendo sido entregue na Controladoria no dia 14 de fevereiro de 2019, fora do prazo que determina o art. 3º, inciso II do Decreto nº 5.364/2016.

2. DA ANÁLISE CONTÁBIL

2.1 Do Responsável

a) O Departamento de Contabilidade no exercício de 2018 estava sob a responsabilidade do servidor **Geovani Caldas da Silva** - Contador.

b) O contador que assinou os demonstrativos contábeis apresentou a regularidade de inscrição no Conselho Regional de Contabilidade – TO-004821/O-4, conforme certidão, às fls. 44.

2.2 Das Demonstrações Contábeis de natureza Orçamentária, Financeira e Patrimonial.

As informações a seguir foram obtidas a partir dos Demonstrativos Contábeis de fls. 71 a 155, relativos ao exercício de 2018, tendo sua confiabilidade verificada junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Tocantins (SiafeTO).



2.2.1 Balanço Orçamentário

a) O Balanço Orçamentário é a demonstração contábil que tem a finalidade de evidenciar as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas.

b) O Orçamento para o exercício de 2018, aprovado pela Lei Estadual nº 3.344, de 28 de dezembro de 2017, que estimou a receita e fixou as despesas do Poder Executivo para o exercício financeiro de 2018, determinou como crédito inicial para Recursos Sob a Supervisão da SEFAZ o valor de R\$ 507.686.564,00 (quinhentos e sete milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, quinhentos e sessenta e quatro reais).

2.2.1.1 Receita Realizada

a) Houve realização da receita no valor de R\$ 38.257,99 (trinta e oito mil, duzentos e cinquenta e sete reais e noventa e nove centavos), referente à Receita Patrimonial.

CATEGORIA ECONÔMICA	ATUALIZADA	ARRECADADA	%
Receitas Correntes	0,00	38.257,99	0,00
Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	38.257,99	0,00

FONTE: Siafe-TO Anexo 10 sem Fonte Por UG

FONTE DE RECURSOS	ATUALIZADA	ARRECADADA	%
100 – Recursos Ordinários	0,00	38.257,99	0,00
TOTAL	0,00	38.257,99	0,00

FONTE: Siafe-TO - ANEXO 10 por UG (Fonte)

2.2.1.2 Despesa Executada

A execução da despesa, demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos, indica um nível de execução das dotações autorizadas pela Lei Orçamentária Anual, com percentual médio de 99,99%, dentro do previsto, conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
Despesas Correntes	301.897.700,00	301.897.694,66	99,99
Despesas de Capital	457.709.421,00	457.682.260,01	99,99
TOTAL	759.607.121,00	759.579.954,67	99,99

FONTE: Siafe-TO - Anexo 2

FONTE DE RECURSOS	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
100 – Recursos Ordinários	759.607.121,00	759.579.954,67	100,00
TOTAL	759.607.121,00	759.579.954,67	100,00

FONTE: Siafe-TO -Anexo 11 por Fonte

2.2.1.3 Das Alterações do Orçamento Inicial

a) O orçamento inicial dos Recursos Sob a Supervisão da SEFAZ foi de R\$ 507.686.564,00 (quinhentos e sete milhões, seiscentos e oitenta e seis mil e quinhentos e sessenta e quatro reais) e suas alterações no valor de R\$ 251.920.557,00 (duzentos e cinquenta e um milhões, novecentos e vinte mil e quinhentos e cinquenta e sete reais), perfazendo um montante autorizado de R\$ 759.607.121,00 (setecentos e cinquenta e nove milhões, seiscentos e sete mil e cento e vinte um reais), conforme demonstrado no Anexo 11 – Por Fonte, às fls. 82.

b) O valor suplementado foi de R\$ 17.324.299,00 (dezessete milhões, trezentos e vinte quatro mil, duzentos e noventa e nove reais) (excluindo as exceções do parágrafo único do art. 6º da Lei nº 3.344/2017), representando assim 3,41% do orçamento inicial fixado para o Órgão, estando de acordo com o previsto no caput do art. 6º da mesma Lei, a qual autoriza a abertura de créditos adicionais suplementares com a finalidade de atender as insuficiências nas dotações orçamentárias, até o limite correspondente a 12,5% em cada unidade orçamentária inicialmente fixada, conforme disposto na tabela a seguir:

Unidade Orçamentária		Orçamento Inicial (A)	Percentual disponível para movimentação 12,5% (B)	Valor Suplementado (C)	Limite atingido (C/A) %	Saldo a suplementar (B-C)
450100	Recursos Sob a Supervisão da SEFAZ	507.686.564,00	63.460.820,50	17.324.299,00	3,41	46.136.521,50

FONTE: Relatório de Acompanhamento do limite de 12,5% para abertura de créditos suplementares – SEFAZ/SEPLAN.

2.2.1.4 Do Déficit Orçamentário

a) O Balanço Orçamentário, às fls. 88 a 90, apurado a partir do comparativo entre a receita e a despesa executadas no período, apresenta déficit no valor de R\$ 759.541.696,68 (setecentos e cinquenta e nove milhões, quinhentos e quarenta e um mil, seiscentos e noventa e seis reais e sessenta e oito centavos), considerando o saldo das Transferências Recebidas (Cotas) e Transferências Financeiras Concedidas para a Execução Orçamentária o resultado efetivo gerou um déficit de R\$ 252.989,43 (duzentos e cinquenta e dois mil, novecentos e oitenta e nove reais e quarenta e três centavos), representando 0,03% da execução da despesa, conforme quadro abaixo:

Receitas Realizadas	38.257,99
Despesas Executadas	759.579.954,67
Déficit	- 759.541.696,68
Transferências Financeiras Recebidas para Execução Orçamentária	759.288.707,25
Transferências Financeiras Concedidas para Execução Orçamentária	0,00
Saldo das Transferências	759.288.707,25
Déficit	- 759.541.696,68
Déficit Efetivo	- 252.989,43

FONTE: Balanço Orçamentário

b) Consta Nota Explicativa, às fls. 150, acerca do déficit apresentado no Balanço Orçamentário.

2.2.2 Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro é uma demonstração contábil que evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios de natureza extra orçamentária, conjugados com os saldos de caixa provenientes do exercício anterior e os que são transferidos para o início do exercício seguinte.

2.2.2.1 Ingressos e Dispêndios

A receita orçamentária no período, no valor de R\$ 38.257,99 (trinta e oito mil, duzentos e cinquenta e sete reais e noventa e nove centavos), somada às transferências financeiras recebidas no valor de R\$ 759.288.707,25 (setecentos e cinquenta e nove milhões, duzentos e oitenta e oito mil, setecentos e sete reais e vinte e cinco centavos), os recebimentos extra orçamentários no valor de R\$ 1.279.335,19 (um milhão, duzentos e setenta e nove mil, trezentos e trinta e cinco reais e dezenove centavo) e o saldo do exercício anterior, no valor de R\$ 7.536.435,31 (sete milhões, quinhentos e trinta e seis mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e trinta e um centavos), foram suficientes para cobrir as despesas orçamentárias, no valor de R\$ 759.579.954,67 (setecentos e cinquenta e nove milhões, quinhentos e setenta e nove mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e sete centavos), as transferências financeiras concedidas no montante de R\$ 2.051.595,53 (dois milhões, cinquenta e um mil, quinhentos e noventa e cinco reais e cinquenta e três centavos), os pagamentos extra orçamentários no valor de R\$ 6.390.944,49 (seis milhões, trezentos e noventa mil, novecentos e quarenta e quatro reais e quarenta e nove centavos), restando saldo de R\$ 120.241,05 (cento e vinte mil, duzentos e quarenta e um reais e cinco centavos) para o exercício seguinte, conforme se observa no Balanço Financeiro, às fls. 94 a 97.

2.2.3 Balanço Patrimonial

a) O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação.

b) O Balanço Patrimonial, às fls. 100 e 101, demonstra uma situação negativa dos bens, direitos e obrigações, como se observa a seguir:

I) O Passivo Circulante é maior que o Ativo Circulante, no montante de R\$ 97.925.019,73 (noventa e sete milhões, novecentos e vinte e cinco mil, dezenove reais e setenta e três centavos), demonstrando insuficiência de recursos para pagamento das dívidas de curto prazo.

II) O Ativo Não Circulante foi de R\$ 33.332,15 (trinta e três mil, trezentos e trinta e dois reais e quinze centavos) composto por Investimentos e o Passivo Não Circulante

(Dívida Fundada) foi de R\$ 2.996.269.020,14 (dois bilhões, novecentos e noventa e seis milhões, duzentos e sessenta e nove mil e vinte reais e quatorze centavos) representado por Obrigações Trabalhistas Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo, Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo, Obrigações Fiscais a Longo Prazo e Demais Obrigações a Longo Prazo, revelando que o valor dos compromissos de Longo Prazo superam em R\$ 2.995.820.608,22 (dois bilhões, novecentos e noventa e cinco milhões, oitocentos e vinte mil, seiscentos e oito reais e vinte e dois centavos) as contas de Investimentos, Intangíveis, Imobilizado e Ativo Realizável a Longo Prazo, tendo sido emitido justificativa em item próprio na Nota Explicativa às fls. 152 a 154.

III) O Quadro do Superávit/Déficit Financeiro do Balanço Patrimonial demonstra um déficit financeiro de R\$ 854.475,81 (oitocentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e oitenta e um centavos), obtido a partir da comparação do Ativo Financeiro no valor de R\$ 120.241,05 (cento e vinte mil, duzentos e quarenta e um reais e cinco centavos), com o Passivo Financeiro no valor de R\$ 974.716,86 (novecentos e setenta e quatro mil, setecentos e dezesseis reais e oitenta e seis centavos), conforme as fls. 102 e 104.

IV) Verifica-se que a Unidade Gestora apresenta um valor de R\$ 3.094.024.290,86 (três bilhões, noventa e quatro milhões, vinte e quatro mil, duzentos e noventa reais e oitenta e seis centavos) no Passivo Permanente, com atributo “P”. Este montante representa as despesas com Dívida Fundada no valor de R\$ 3.053.377.707,57 (três bilhões, cinquenta e três milhões, trezentos e setenta e sete mil, setecentos e sete reais e cinquenta e sete centavos) e outras contabilizadas sem suporte orçamentário, tendo sido emitida justificativa para tal situação na nota explicativa às fls. 154.

V) Não houve registro saldo de bens patrimoniais, móveis e imóveis, próprios e de terceiros, visto que a Unidade Gestora em análise, utiliza a estrutura física da Secretaria da Fazenda e Planejamento, conforme declarado às fls. 158.

VI) Não consta registro de saldo na conta contábil “Estoques”, onde a unidade orçamentária utiliza a logística de materiais da Secretária da Fazenda e Planejamento conforme declaração às fls. 160.

VII) A conta “Caixa e Equivalentes de Caixa”, às fls.100, registra saldo no valor total de R\$ 120.241,05 (cento e vinte mil, duzentos e quarenta e um reais e cinco centavos), que confere com o Balanço Financeiro, e é composto pela conta “Banco Conta Arrecadação”, conforme justificativa às fls. 152.

VIII) As contas do Passivo Circulante, às fls. 101, totalizam um saldo de R\$ 98.373.431,65 (noventa e oito milhões, trezentos e setenta e três mil, quatrocentos e trinta e um reais e sessenta e cinco centavos) correspondentes a Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo, Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo, Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo, Obrigações Fiscais a Curto Prazo, Obrigações de Repartição a Outros Entes e Demais Obrigações a Curto Prazo.

IX) O saldo inicial da Dívida Fundada da unidade Gestora, às fls. 110 a 112, registra o valor de R\$ 3.114.843.917,92 (três bilhões, cento e quatorze milhões, oitocentos e quarenta e três mil, novecentos e dezessete reais e noventa e dois centavos), composto pelas Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo, Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo, Obrigações Fiscais a Longo Prazo e Demais Obrigações a Longo Prazo. Houve no exercício, inscrição no valor de R\$ 140.929.987,31 (cento e quarenta milhões, novecentos e vinte e nove mil, novecentos e oitenta e sete reais e trinta e um centavos), amortização no montante de R\$ 453.641.706,79 (quatrocentos e cinquenta e três milhões, seiscentos e quarenta e um mil, setecentos e seis reais e setenta e nove centavos), e atualização na ordem de R\$ 251.530.432,64 (duzentos e cinquenta e um milhões, quinhentos e trinta mil, quatrocentos e trinta e dois reais e sessenta e quatro centavos), cancelamentos no valor de R\$ 284.923,51 (duzentos e oitenta e quatro mil, novecentos e vinte e três reais e cinquenta e um centavos) permanecendo saldo que passa para o ano seguinte no valor de R\$ 3.053.377.707,57 (três bilhões, cinquenta e três milhões, trezentos e setenta e sete mil, setecentos e sete reais e cinquenta e sete centavos), consta justificativa junto a Nota Explicativa as fls. 154.

2.2.4 Demonstração das Variações Patrimoniais

O resultado patrimonial do período evidencia Variação Patrimonial Aumentativa de R\$ 1.064.400.186,66 (um bilhão, sessenta e quatro milhões, quatrocentos mil, cento e oitenta e seis reais e sessenta e seis centavos) e Variação Patrimonial Diminutiva de R\$ 987.776.050,46 (novecentos e oitenta e sete milhões, setecentos e setenta e seis mil, cinquenta reais e quarenta e seis centavos), demonstrando resultado patrimonial positivo no período, no montante de R\$ 76.624.136,20 (setenta e seis milhões, seiscentos e vinte e quatro mil, cento e trinta e seis reais e vinte centavos), conforme demonstrado às fls. 106 a 108.

2.2.5 Demonstração de Fluxo de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa demonstrou por suas origens e as aplicações de caixa, Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa no montante negativo de R\$ 7.416.194,26 (sete milhões, quatrocentos e dezesseis mil, cento e noventa e quatro reais e vinte e seis centavos), proveniente do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais no valor de R\$ 289.350.611,32 (duzentos e oitenta e nove milhões, trezentos e cinquenta mil, seiscentos e onze reais e trinta e dois centavos), e as atividades de financiamento no valor negativo de R\$ 296.766.805,58 (duzentos e noventa e seis milhões, setecentos e sessenta e seis mil, oitocentos e cinco reais e cinquenta e oito centavos), que somado ao caixa equivalente de caixa inicial no valor de R\$ 7.536.435,31 (sete milhões, quinhentos e trinta e seis mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e trinta e um centavos) atingiu um saldo de caixa equivalente de caixa final no valor de R\$ 120.241,05 (cento e vinte mil, duzentos e quarenta e um reais e cinco centavos), conforme demonstrado às fls. 119.



2.2.6 Restos a Pagar

a) Houve inscrição de despesas em restos a pagar no exercício no valor de R\$ 928.734,86 (novecentos e vinte e oito mil, setecentos e trinta e quatro reais e oitenta e seis centavos), deste montante, R\$ 579.908,37 (quinhentos e setenta e nove mil, novecentos e oito reais e trinta e sete centavos) refere-se a restos a pagar processados e R\$ 348.826,49 (trezentos e quarenta e oito mil, oitocentos e vinte e seis reais e quarenta e nove centavos) restos a pagar não processados, conforme demonstrado no Balanço Financeiro às fls. 94, não existindo saldo suficiente em caixa para atendê-los, tendo sido emitida justificativa em item próprio na nota explicativa às fls. 151.

b) Registra-se um montante inscrito em restos a pagar não processados de exercícios anteriores, demonstrado às fls. 91, cancelado R\$ 384.424,12 (trezentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e doze centavos), restando ainda um saldo de R\$ 7.729,44 (sete mil, setecentos e vinte e nove reais e quarenta e quatro centavos), tendo sido informado junto a Nota Explicativa às fls. 151.

c) Do montante inscrito em restos a pagar processados e não processados liquidados de exercícios anteriores, demonstrado às fls. 92, foi pago R\$ 6.232.089,84 (seis milhões, duzentos e trinta e dois mil, oitenta e nove reais e oitenta e quatro centavos) e restando um saldo de R\$ 26.967,56 (vinte e seis mil, novecentos e sessenta e sete reais e cinquenta e seis centavos), tendo sido emitida justificativa em item próprio na Nota Explicativa às fls. 151.

3. CUMPRIMENTO DAS METAS PREVISTO NO PLANO PLURIANUAL E NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

a) O Relatório de Gestão, às fls. 45 a 57, consoante disposições do art. 9º, inciso III da Instrução Normativa TCE-TO nº 006/2003, demonstra que as atribuições da Unidade Recursos Sob a Supervisão da SEFAZ, foram desenvolvidas com vistas a contribuir para o alcance das metas e dos indicadores estabelecidos na Lei Estadual nº 3.343/2017 e na Lei Estadual nº 3.344/2017.

b) Houve acompanhamento e recomendações da execução do PPA e do orçamento, no primeiro e segundo quadrimestre do exercício em análise, pela Controladoria-Geral do Estado, por meio de sistema próprio, para fins de verificação do cumprimento das metas e objetivos previstos no Plano Plurianual e ações orçamentárias, conforme demonstrados a seguir:

3.1 Ações de gestão

a) A execução das ações de gestão do Programa 1100 - Manutenção e Gestão do Poder Executivo, envolvendo um total de 06 (seis) ações orçamentárias, sendo 03 (três) ações de Gestão Financeira e 03 (três) ações de Gestão Física, com previsão



orçamentária de R\$ 759.607.121,00 (setecentos cinquenta e nove milhões, seiscentos e sete mil e cento e vinte e um reais), demonstrando que o montante de recursos autorizados alcançou um percentual de 99,99% de execução, conforme quadro abaixo e análises e justificativas nos demonstrativos, às fls. 52 a 57.

Ações de Gestão Financeira por Programa

Ação		Meta Financeira						
Código	Descrição	Orç. Inicial	Alteração	Autorizado	Empenhado	Liquidado	% E/A	% L/A
Programa - 1100 - Manutenção e Gestão do Poder Executivo								
6020	Contribuição para o Programa de Patrimônio do Servidor Público - PASEP	52.572.198,00	24.992.696,00	77.564.894,00	77.564.892,06	77.285.012,65	99,99 %	99,63 %
6007	Administração de Serviços de Interesse Público	270.000,00	-270.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00 %
6027	Indenizações e Restituições	500.000,00	-422.137,00	77.863,00	77.862,26	77.862,26	99,99 %	99,99 %
Total Geral		53.342.198,00	24.300.559,00	77.642.757,00	77.642.754,32	77.362.874,91	99,99%	99,95%

FONTE: Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária e do PPA

Ações Temáticas por Programa

Meta Financeira							Metas Físicas				
Ação	Orç. Inicial	Alteração	Autorizado	Empenhado	Liquidado	% E/A	% L/A	Produto	Prevista	Realizado	Execução
Programa - 1100 - Manutenção e Gestão do Poder Executivo											
6004	4.500.000,00	447.393,00	4.947.393,00	4.947.392,28	4.878.445,20	99,99%	98,60%	Serviço bancário administrado	8	8	100%
6005	187.338.347,00	985.011,00	188.323.358,00	188.296.198,94	188.296.198,94	99,98%	99,98%	Parcela de contrato paga	12	12	100%
6006	262.506.019,00	226.187.594,00	488.693.613,00	488.693.609,08	488.693.609,08	99,99 %	99,99 %	Parcela de contrato paga	796	796	100%
Total	454.344.366,00	227.619.998,00	681.964.364,00	681.937.200,30	681.868.253,22	99,99%	99,98%				

FONTE: Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária e do PPA

b) Foi identificado que a Ação 6007, foi reduzida em todo seu orçamento inicial, prejudicando assim o cumprimento da sua meta física inicial planejada, sendo o esclarecimento apresentado pelo o responsável da ação conforme demonstrativo, às fls.53.

4. TRANSFERÊNCIAS E RECEBIMENTOS DE RECURSOS POR FONTE MEDIANTE CONVÊNIOS, ACORDOS, AJUSTES, TERMOS DE PARCERIA OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES

No que concerne à unidade gestora Recursos sob a Supervisão da SEFAZ não houve recebimento de recursos de convênios da União, conforme demonstrado no



Anexo10, às fls.77, assim como não houve recursos concedidos aos municípios e entidades sem fins lucrativos, conforme demonstrado Anexo2, às fls.73.

5. REGULARIDADE DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS, DOS ATOS RELATIVOS A DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, BEM COMO DOS CONTRATOS

No exercício de 2018 não houve análise referente aos processos de despesas de caráter obrigatório, da Unidade Gestora Recursos Sob a Supervisão da SEFAZ, conforme determina a Instrução Normativa CGE nº 01/2017.

6. FISCALIZAÇÕES E INSPEÇÕES REALIZADAS

Durante o exercício de 2018 não foi realizada nenhuma auditoria, inspeção ou fiscalização na UG Recursos Sob a Supervisão da SEFAZ, ressaltamos, porém que no exercício em análise foram realizadas 15 (quinze) auditorias, inspeções e fiscalizações, nos Órgãos e Entidades do Poder Executivo abaixo relacionado:

TIPO	ÓRGÃO	OBJETO	ENCAMINHAMENTO
Inspeção	Secretaria de Estado da Saúde	Inspeção com o objetivo de verificar a regular aplicação dos recursos de Adiantamento/Suprimentos de Fundos, bem como análise de prestações de contas.	Encaminhado ao TCE por meio do Ofício nº 109/2019-GABSEC (SGD nº 2019/09049/000410). Protocolo de recebimento no TCE nº 01934/2019.
Inspeção	Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça	Inspeção com o objetivo de verificar a regular aplicação dos recursos de Adiantamento/Suprimentos de Fundos, bem como análise de prestações de contas.	Encaminhado ao TCE por meio do Ofício nº 120/2019 GABSEC (SGD nº 2019/09049/000472). Protocolo de recebimento no TCE nº 01714/2019.
Inspeção	Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça	Inspeção com o objetivo de verificar a situação dos contratos vigentes, seus aditivos, sua execução, suas vigências, rescisões, bem como a designação de seus respectivos fiscais, paralizações, saldos e causas que porventura motivam prejuízo ao erário.	Encaminhado ao TCE por meio do Ofício nº 706/2018 GABSEC (SGD nº 2018/09049/003975). Protocolo de recebimento no TCE nº 07988/2018.
Inspeção	Secretaria de Estado da Educação, Juventude e Esportes.	Inspeção com o objetivo de verificar a regular aplicação dos recursos de Adiantamento/Suprimentos de Fundos, bem como análise de prestações de contas.	Encaminhado ao TCE por meio do Ofício nº 870/2018 GABSEC (SGD nº 2018/09049/005143). Protocolo TCE nº 10001/2018.
Inspeção	Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura	Inspeção com o objetivo de verificar a regular aplicação dos recursos de Adiantamento/Suprimentos de Fundos, bem como análise de prestações de contas.	Encaminhado ao TCE por meio do Ofício nº 67/2019 GABSEC (SGD: 2019/09049/000274), Protocolo de recebimento no TCE nº 00712/2019.
Fiscalização	Secretaria de Estado da Saúde	Realizar trabalho de auxílio e apoio técnico presencial e análises inerentes às despesas em curso naquela Pasta.	Foi encaminhado à SESAU relatório indicando sugestão de melhorias
Inspeção	Secretaria de Estado da Saúde	Averiguar Eventual Sobrepreço nos Serviços Prestados pela empresa INTENSICARE.	Encaminhado ao TCE e MPE por meio dos Ofícios nº 721/2018 e nº 701/2018 GABSEC. Protocolo TCE – nº 08076/2018.



Fiscalização	Secretaria de Estado da Saúde	Realização de um levantamento dos pagamentos realizados pela SES-TO à pessoa Jurídica Litucera Limpeza e Engenharia Ltda.	Encaminhado ao TCE por meio de Ofício nº 277/2018 GABSEC (SGD nº 2018/09049/001513) e ao MPE por meio de Ofício nº 276/2018 GABSEC (SGD nº 2018/09049/001512). Protocolo de recebimento no TCE – nº 04128/2018.
Inspeção	Secretaria de Estado da Saúde	Averiguar eventuais fatos ocorridos no almoxarifado do Hospital Dona Regina.	Encaminhado ao TCE por meio do Ofício nº 110/2019 GABSEC (SGD nº 2019/09049/000414) e ao Ministério Público Estadual por meio do Ofício nº 1029/2018 GABSEC (SGD nº: 2018/09049/006039). Protocolo de recebimento no TCE – nº 01715/2019.
Fiscalização	Secretaria de Estado da Saúde	Avaliar a possível incompatibilidade de horários do fisioterapeuta Raphael Campos dos Santos, através de Relatório – SGD Nº 2018/09049/5357.	Encaminhado ao Ministério Público Estadual por meio do Ofício nº 963/2018 GABSEC (SGD nº: 2018/09049/005753).
Inspeção	Junta Comercial do Estado do Tocantins	Verificar a boa e regular aplicação dos recursos em contratação direta por inexigibilidade de licitação, abastecimento de veículos, diárias, adiantamentos, bem como, suas prestações de contas e despesas com postagens (correios).	Encaminhado ao TCE por meio do Ofício nº 107/2019 GABSEC (SGD nº 2019/09049/000400). Protocolo de recebimento no TCE - nº 01609/2019.
Auditoria	Agência de Fomento do Estado do Tocantins	Realizar Auditoria Governamental Extraordinária no âmbito da Agência de Fomento do Estado do Tocantins, com o objetivo de verificar os fatos relatados na denúncia nº 2018NK9J3C, recebida em 20/07/2018 pela Ouvidoria Geral do Estado do Tocantins.	Encaminhado ao TCE por meio do Ofício 943/2018 GABSEC (SGD nº 2018/09049/005587) e ao MPE por meio do Ofício nº 942/2018 GABSEC (SGD nº 2018/09049/005586). Protocolo de recebimento no TCE – nº 10626/2018.
Fiscalização	Secretaria Geral de Governo	Realizar trabalho de auxílio e apoio técnico presencial e análise de processos administrativos de despesas.	Foi encaminhado à SEGOV relatório indicando sugestão de melhorias
Inspeção	Agência Tocantinense de Saneamento - ATS	Inspeção com o objetivo de verificar a regularidade na contratação de empresa especializada na prestação de Call Center de atendimento presencial e via web, serviços de faturamento, arrecadação e cobrança.	Encaminhado ao TCE por meio de Ofício 542/2018 GABSEC (SGD nº 2018/09049/003275) e ao Ministério Público Estadual por meio do Ofício nº 543/2018 GABSEC (SGD nº 2018/09049/003276). Protocolo de recebimento no TCE - nº 06832/2018.
Fiscalização	Secretaria de Estado da Educação, Juventude e Esportes.	Realizar trabalho de auxílio e apoio técnico presencial e análise de processos administrativos inerentes à folha de pagamento junto aos Recursos Humanos daquela Pasta. (SGD Nº 2018/09049/5775).	Aguarda manifestação do órgão auditado – SEDUC.

7. CUMPRIMENTO, PELO ÓRGÃO, DAS DETERMINAÇÕES EXPEDIDAS POR ESTE TRIBUNAL NO EXERCÍCIO EM REFERÊNCIA

Ressalte-se, por oportuno, que o Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, está realizando Auditoria de Regularidade nas contas contábil/financeira nos





Recursos Sob a Supervisão da SEFAZ, no exercício em análise, não tendo sido finalizado os trabalhos, conforme informado às fls. 275 a 278.

8. POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS

Com referência à força de trabalho, foi informado às fls. 273, que a referida Unidade Gestora utiliza o quadro de pessoal da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado do Tocantins.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com essas considerações, tendo em vista que não foram evidenciados atos e fatos da Gestão em apreço que pudessem comprometer ou causar prejuízo ao Erário Estadual, concluímos pela **REGULARIDADE** das contas apresentadas pelos responsáveis **Paulo Antenor de Oliveira, Alexandro de Castro Silva, Sandro Henrique Armando** e outros relacionados neste processo, fls. 06 a 09, **COM RESSALVAS** aos **itens 2.2.1.4 alínea “a”, 2.2.3 alínea “b – I, II, III, IV, IX”, 2.2.6 alíneas “a, b, c”**, deste relatório.

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E DE AÇÕES DE CONTROLE INTERNO, em Palmas, aos 20 dias do mês de março de 2019.

Assinado eletronicamente
Eliane Maria Glória Cardoso
Analista/PPA

Assinado eletronicamente
Mônica Gonçalves da Silva Carneiro
Analista/Contador

Assinado eletronicamente
José Roberto Almeida Guimarães
Analista/Economista

Assinado eletronicamente
Wellington Júnior Silveira
Analista/Gerente

Assinado eletronicamente
Augusto de Souza Pinheiro Júnior
Diretor de Auditoria e Fiscalização

Assinado eletronicamente
Kilvania Rodrigues de Melo Miranda
Diretora de Controle da Gestão
Governamental e Prevenção à Corrupção

I – De acordo;
II – Encaminhe-se o presente Relatório ao Secretário-Chefe, para fins de análise e emissão de parecer de auditoria.
Em 20/03/2019.

Assinado eletronicamente
Benedito Martiniano da Costa Neto
Superintendente